

*Brasília, 29 de junho de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## O Antagonista

Sábado, 27 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Quanto custa registrar uma marca quando o nome do negócio finalmente começa a... .. 3**

## Folha.com

Domingo, 28 de junho de 2026 | Entidades

**Mais da metade dos medicamentos pedidos na Justiça já deveria estar no SUS ..... 5**

## Jornal do Dia Online - Sergipe

Sábado, 27 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**UFS reforça protagonismo em inovação e é destaque nos rankings nacionais de pro... .. 7**

## Quanto custa registrar uma marca quando o nome do negócio finalmente começa a crescer?



Quanto custa registrar uma marca quando o nome do negócio finalmente começa a crescer?

O reajuste das taxas do **INPI** exige atenção dos empreendedores que buscam proteger a identidade de suas empresas no mercado nacional.

O processo para registrar uma marca tornou-se um passo essencial para a proteção jurídica de empresas em expansão no mercado nacional. Embora muitos empreendedores adiem essa decisão, a ausência desse registro formal compromete severamente o futuro comercial.

Como funciona o cálculo oficial das novas taxas?

A estruturação dos valores cobrados para registrar uma marca considera o formato técnico do pedido enviado ao **Instituto Nacional da Propriedade Industrial**. Recentemente, a atualização da tabela oficial reajustou a taxa exigida para requerimentos com especificação pré-aprovada, fixando o custo atual em R\$ 880,00 por cada classe comercial desejada.

Essa mudança tarifária profunda reflete a modernização dos sistemas e a nova automatização contínua das emissões de documentos públicos documentais. Consequentemente, o empreendedor necessita estruturar e planejar o orçamento corporativo com máxima antecedência, garantindo que o requerimento administrativo avance rapidamente sem entraves financeiros ou burocráticos surpresa.

Quais empreendedores possuem direito à redução de custos?

O sistema federal oferece uma política estratégica de descontos expressivos para democratizar o acesso legal à proteção oficial. Essa redução tarifária governamental pode alcançar até 60% do valor total da guia, diminuindo drasticamente o impacto financeiro inicial para todos os pequenos negócios que iniciam suas operações regulares.

A concessão imediata desse benefício exige sempre a comprovação documental do enquadramento em categorias jurídicas compatíveis durante o protocolo. Além disso, diretrizes recentes implementadas pelo Governo Federal criaram isenções integrais extraordinárias, beneficiando exclusivamente cidadãos comprovadamente vulneráveis que mantêm inscrição ativa em programas sociais contínuos de assistência financeira e proteção.

A tabela abaixo apresenta um resumo comparativo dos principais perfis beneficiados pelas categorias de descontos:

ð Taxas e descontos por perfil de empreendedor

Valores estimados e percentuais de desconto conforme o porte ou categoria

ðç Micro e pequenas empresas

Desconto aplicável

Até 60%

Taxa final estimada

R\$ 440,00

ðª Pessoas físicas hipossuficientes

Desconto aplicável

Continuação: Quanto custa registrar uma marca quando o nome do negócio finalmente começa a crescer?



A ESTRATÉGIA DA ESCALA DE TRABALHO 4X3 CONTRA A ESCALA 5X2

Até 100%

Taxa final estimada

Isento (R\$ 0,00)

ð Empresas de grande porte

Desconto aplicável

Sem desconto

Taxa final estimada

R\$ 880,00

Por que a especificação pré-aprovada é mais recomendada?

O preenchimento da lista classificatória de produtos e serviços representa a etapa mais técnica e sensível da proteção patrimonial. A utilização de termos oficiais já padronizados e validados pelos examinadores acelera significativamente a análise técnica, evitando devoluções surpresas e exigências burocráticas formais que paralisam todo o andamento processual.

Por outro lado, a escolha pelo preenchimento totalmente livre exige sempre uma redação autoral complexa, sujeitando o processo inteiro a análises manuais extensas e taxas superiores, que atingem a faixa de R\$ 1.720,00. Dessa forma, aderir à padronização exata oferece maior previsibilidade jurídica e um controle orçamentário otimizado.

A seguir, os principais pontos que ajudam a justificar as vantagens dessa padronização oficial:

Redução substancial do valor da taxa inicial cobrada pela autarquia responsável.

Diminuição drástica do risco de paralisação processual por exigências corretivas na nomenclatura.

Agilidade considerável na etapa de publicação oficial obrigatória da revista técnica.

Facilidade operacional na correta classificação do serviço perante as rigorosas normas internacionais.

O que acontece se a empresa perder o direito ao nome?

A omissão prolongada na blindagem jurídica permite que concorrentes ou terceiros de má-fé assumam a titularidade exclusiva de uma identidade visual já consolidada na mente dos consumidores. Nesse cenário extremo, o empresário original perde totalmente o direito de utilizar sua própria fachada comercial de forma legalizada.

Essa negligência frequentemente resulta em processos judiciais severos e pagamentos de indenizações por uso indevido de identidade registrada. O prejuízo financeiro causado pela alteração forçada de fachadas, embalagens e logotipos supera imensamente qualquer custo preventivo exigido inicialmente pelo protocolo das taxas governamentais oficiais vigentes.

## Mais da metade dos medicamentos pedidos na Justiça já deveria estar no SUS



Estudo mostra que remédios aprovados levam até três anos para chegar à rede pública e lideram judicialização

Na oncologia, terapias incorporadas há mais de dez anos ainda não estão acessíveis aos pacientes

Mais da metade dos medicamentos solicitados por pacientes em ações judiciais no Brasil já havia recebido recomendação favorável para incorporação ao SUS (Sistema Único de Saúde) ou deveria estar disponível na rede pública.

A conclusão é de um estudo da **Interfarma (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa)** apresentado neste mês no principal congresso mundial sobre avaliação de tecnologias em saúde, realizado em Istambul, na Turquia. O levantamento foi premiado como melhor pôster do evento.

A pesquisa analisou decisões judiciais registradas entre janeiro de 2022 e abril de 2025 e identificou que 57,5% dos medicamentos demandados já tinham aval da Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS) para serem ofertados na rede pública.

Para os autores, o dado mostra que a judicialização não está restrita a pedidos de tratamentos novos, ainda sem avaliação do governo, mas também revela falhas na etapa posterior à incorporação, quando uma decisão técnica precisa se transformar em acesso efetivo ao paciente.

O estudo reuniu 3.049 processos judiciais e 4.637 petições envolvendo 1.402 moléculas diferentes.

Segundo a análise, o intervalo entre a recomendação de incorporação pela Conitec e a chegada do medicamento ao paciente pode superar dois anos.

A pesquisa integra uma linha de investigação da entidade sobre o chamado "tempo de acesso" - período entre o registro de um medicamento, a aprovação de preço, a decisão de incorporação ao SUS e a oferta na rede.

Segundo Helaine Capucho, diretora de Acesso da **Interfarma** e uma das autoras do estudo, levantamento anterior da entidade já havia identificado gargalos nesse processo. "Os seis meses previstos para que uma tecnologia incorporada esteja disponível não acontecem para boa parte dos medicamentos", afirma.

Na análise sobre tempo de acesso, a entidade verificou que medicamentos já aprovados pela Conitec levavam, em média, cerca de 30 meses para chegar aos pacientes, contra os seis meses previstos pela legislação.

Parte do atraso está relacionada à elaboração ou atualização dos PCDTs (Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas), que definem os critérios de uso dos medicamentos no SUS. "O PCDT é um instrumento importante para o uso racional da tecnologia, mas existe um atraso nesse processo", diz.

Depois dessa etapa, ainda há a compra e a organização da oferta pelos gestores públicos. O resultado é que tratamentos aprovados tecnicamente permanecem inacessíveis para parte dos pacientes.

Entre os medicamentos mais judicializados no período analisado havia predomínio de produtos que já contam com genéricos, similares ou biossimilares disponíveis no mercado brasileiro. A oncologia aparece como uma das áreas de maior demanda judicial.

De acordo com a psicóloga Luciana Holtz, presidente do Instituto Oncoguia e representante de pacientes nas reuniões da Conitec, há tratamentos incorporados há anos que ainda não chegam de forma efetiva a quem tem indicação médica. "A gente está

falando de medicamentos que têm nove, dez, 11 anos desde a aprovação", diz.

Segundo ela, a demora entre a decisão da Conitec e a implementação da oferta transfere ao cidadão uma responsabilidade que deveria estar organizada no

SUS. "O que não dá é o paciente ter o 'sim' da

Conitec e a gente não resolver o financiamento e a disponibilização. Acaba gerando uma enorme judicialização."

Com diagnóstico de câncer de mama em fevereiro de 2023, a fisioterapeuta Luciana Valejo, 53, de Londrina (PR), fez mastectomia e 15 sessões de quimioterapia pelo SUS. Mas, ao receber indicação médica para o medicamento trastuzumabe entansina, indicado para evitar recidiva do tumor, não teve acesso na rede pública.

A medicação já tinha sido incorporada pela Conitec e deveria estar disponível em março de 2023. Em janeiro de 2024, Luciana ingressou com uma ação judicial reivindicando o remédio, que tinha custo de quase R\$ 20 mil mensais, e só conseguiu a tutela para recebê-lo na segunda audiência.

Ela usou o remédio até fevereiro de 2025. "Agora estou super bem, graças a Deus. Farei a reconstrução da mama pelo SUS no mês vem. Estou sem doença e em remissão", afirma.

No ano passado, o Ministério da Saúde anunciou mudanças no modelo de financiamento da assistência oncológica. A compra dos medicamentos de alto custo deixa de ser responsabilidade exclusiva dos hospitais e passa a ser feita de forma centralizada e coordenada pela pasta e pelas secretarias estaduais de Saúde, utilizando um orçamento federal unificado.

Com isso, há uma expectativa de ampliar o acesso a drogas já incorporadas. "Mas precisa sair do papel", afirma Holtz. "Hoje os impactos vão além dos processos judiciais. O número de vidas perdidas pela falta de acesso, infelizmente, a gente não tem", diz.

A presidente do Oncoguia também alerta para barreiras enfrentadas por pacientes que tentam recorrer à Justiça, mas não conseguem nem sequer a prescrição do remédio pelo médico que os acompanha no SUS, quando o medicamento não faz parte da rotina da rede pública.

Para Capucho, da **Interfarma**, reduzir a judicialização depende de maior transparência na etapa entre a decisão da Conitec e a oferta efetiva. "Hoje não sabemos exatamente em que fase está cada tecnologia."

Outra mudança defendida pela pesquisadora é antecipar as negociações de preço para antes da incorporação. Segundo ela, alguns países adotam modelos em que avaliação técnica, análise econômica e negociação com fabricantes ocorrem de forma paralela.

"A ideia é trazer precocemente a discussão do comitê de negociação. Primeiro você avalia se aquela tecnologia faz sentido para a população, e depois, na fase econômica, introduz a negociação de preço", explica.

O Brasil também estuda um modelo adotado em outros países em que o preço negociado permanece sob sigilo entre governo e fabricantes, permitindo maior flexibilidade nas negociações.

Em nota, o Ministério da Saúde afirmou que a atual gestão iniciou a oferta de mais de 50 novos medicamentos e tecnologias no SUS após incorporação pela Conitec.

Segundo a pasta, neste ano começam a ser disponibilizados mais 23 medicamentos de alta tecnologia para tratamento do câncer, alguns deles com até 12 anos de espera. A medida representa aumento de 35% na oferta de medicamentos oncológicos na rede pública e beneficiará 112 mil pacientes, com custeio integral pelo governo federal.

O ministério disse ainda que firmou, em abril, acordo de cooperação técnica com o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e a AGU (Advocacia-Geral da União) para criar fluxos de conciliação, **mediação** e resolução consensual de casos de medicamentos judicializados que já foram incorporados ao SUS.

O projeto Saúde Pública tem apoio da Umane, associação civil que tem como objetivo auxiliar iniciativas voltadas à promoção da saúde



## UFS reforça protagonismo em inovação e é destaque nos rankings nacionais de propriedade intelectual



A Universidade Federal de Sergipe (UFS) é destaque mais uma vez nos rankings nacionais de depositantes residentes de Patentes de Invenção e Registros de Programas de Computador em 2025, divulgados pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. Os resultados colocam a universidade como referência no âmbito de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Pelo terceiro ano consecutivo, a UFS se consolida entre as 10 principais instituições do país no ranking em Depositantes Residentes de Programas de Computador, ocupando a 8ª posição. No cenário de Patentes de Inovação, a UFS conquistou a 5ª colocação entre as universidades do Nordeste, e a 13ª do Brasil.

Para o coordenador da Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia da UFS (AGITTE/UFS), Tiago Branquinho, "estar entre as

maiores universidades depositantes de patentes e registros de software prova que a UFS, além de ser referência nacional em pesquisa científica, é fonte de soberania tecnológica e consolidou sua política de inovação. Na prática, estamos convertendo nossa ciência em ativos protegidos, estruturados para futuras transferências de tecnologia".

De acordo com Marina Santos, gestora da Divisão de **Propriedade Intelectual** da AGITTE, esses resultados evidenciam a capacidade da UFS de transformar pesquisa científica em ativos tecnológicos com potencial de gerar benefícios para o desenvolvimento regional.

"Estar entre as instituições de destaque nacional e entre as líderes do Nordeste mostra que a universidade tem conseguido manter uma trajetória consistente de crescimento, mesmo diante dos desafios enfrentados pelas instituições públicas de ensino superior. E esses rankings refletem a maturidade do ecossistema de inovação da UFS, resultado do trabalho conjunto de pesquisadores, estudantes, programas de pós-graduação e da atuação da AGITTE-SE na promoção da **propriedade intelectual** e da transferência de tecnologia", ressaltou.

Destaque em Residentes de Programas de Computador

8ª posição no Brasil, com 56 depósitos;

4ª entre as universidades federais do país;

3ª entre as universidades federais do Nordeste;

# Índice remissivo de assuntos

Entidades .....	3,4
Marco regulatório   INPI .....	1,2,5
Propriedade Industrial .....	1,2,5
Propriedade Intelectual .....	5